

Alfredo Jerusalinsky

Renato Mezan

Longe da ortodoxia e do ecletismo

No decorrer dos últimos trinta anos acompanhamos uma mudança na produção do pensamento psicanalítico: já não tanto a regência deste pela ortodoxia das chamadas escolas, e sim um esforço significativo na abordagem das indagações clínicas, teóricas e metapsicológicas pelo uso concomitante das teorias reconhecidas. Disso vêm resultando elaborações mais ou menos inéditas, às vezes mais amplas, outras vezes mais pontuais, especialmente de conceitos formulados por Freud, e tal maneira que já não faz muito sentido buscar situá-los dentro de uma concentração teórica purista – uma vez que são considerados na intersecção de linhas de entendimento de pensadores diversos. Um tal esforço apresenta-se, até mesmo, como tendência nas instituições de formação, nos cursos das universidades e nos debates e colóquios Brasil afora.

Entretanto, o pensamento das escolas, consolidado ao longo de muitas décadas, iniciando-se após os anos 1920, segue existindo como uma posição defensiva por aqueles que, declaradamente ou não, consideram o uso das várias teorias um ecletismo a ser evitado, dado o risco de se perder o foco do trabalho no manejo clínico das situações. A preocupação está em evitar que o psicanalista se transforme em um arremetedor de conceitos

mal acoplados, munido de um pensamento frágil e caçador desnortado, dando tiros em todas as direções, sem coerência na abordagem do universo psíquico. O fato de que cada escola se sustenta sob uma lógica interna responsável pela organização conceitual, por sua base metapsicológica e pelo modo como faz operar esses elementos no manejo transferencial decorre de concepções sobre a origem e sobre a constituição do psiquismo. Por exemplo, se não é possível coincidir a importância do prazer (Freud) e do gozo (Lacan) com a questão central da reparação (Klein) e da frustração (Bion) ou com a busca do fortalecimento do Ego (Hartmann), como então lançar mão de conceitos próprios de cada uma dessas teorias para pensar a condução de um processo analítico a exigir que o analista tenha alguma idéia mais delineada do que seja o inconsciente? Esta posição tam-

Alfredo Jerusalinsky é psicanalista, analista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, analista membro da Association Lacanienne Internationale, professor convidado na Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP e autor de diversos livros, entre os quais *Psicanálise do Autismo* (Artes Médicas, Porto Alegre), *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil* (Artes e Ofícios, Porto Alegre) e *Para entender al niño* (Abya Aya, Equador).

Renato Mezan é psicanalista, membro Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor titular da PUC/SP, coordenador editorial de *Percurso*, e autor de diversos livros, entre os quais *Figuras da Teorias Psicanalítica e Tempo de Muda*.

bém se mantém viva no interior das instituições e atravessa seus debates.

Neste número, Percurso convidou dois analistas a exporem suas considerações a propósito dessas tendências hoje no terreno psicanalítico. O leitor terá a oportunidade de acompanhar aspectos da história da psicanálise e de sua condição epistemológica a partir do foco principal das preocupações clínicas e políticas que lhe são inerentes. (Mara Selaibe)

Alfredo Jerusalinsky: Que tipo de ciência é a psicanálise?

A descoberta freudiana do inconsciente colocou em xeque a ilusão da modernidade de poder transformar todo saber em conhecimento. Embora nascida no berço da ciência, a psicanálise acabou demonstrando a impossibilidade de formular qualquer enunciado capaz de capturar um real sem que nada reste fora da redoma da linguagem. Para tal demonstração a psicanálise não se apóia na evidência da vastidão sem abrangência possível do real – o que a colocaria fora da ciência, exposta às especulações místicas – mas na condição própria do sujeito que produz esse enunciado. Um sujeito tal cujo enunciado é a matéria mesma que o constitui, na medida em que sua própria existência depende desse enunciado. Por isso seu funcionamento não pode ser outra coisa que a lógica do discurso que ao mesmo tempo habita e do qual está, ele próprio, feito. Uma lógica necessariamente paradoxal, já que é o sujeito mesmo quem produz a verdade que acredita descobrir.

Essa descoberta tem duas grandes conseqüências no campo do saber. A primeira é o reconhecimento de que o corpo real dos humanos é regido por uma ordem simbólica que desdobra sobre ele efeitos imaginários; uma ordem que prevalece sobre os automatismos neurovegetativos. Isso muda a leitura de seus sofrimentos e estabele-

ce os princípios de uma nova clínica. A segunda é que, embora não constitua uma nova epistemologia (faltaria para isso ter a fé no método que a ciência contemporânea tem), produz uma nova episteme, ou seja, um novo ponto de partida para a abertura de caminhos do saber. Mais de cem anos de prática psicanalítica produziram o desdobramento dessas novas trilhas nos campos da antropologia, da filosofia, das ciências jurídicas, da medi-

“

O
ordenamento
acadêmico
se rege por esses
universais
que permitem
supor
os enunciados
que se transmitem
como certezas.

”

cina, da psicologia, da literatura, entre outros. Mas não só. Produziram também um certo saldo de conhecimentos emergidos de sua prática de leitura dos enunciados, desde o vértice da enunciação.

Essa perspectiva exige do operador situar o referente que permita o deciframento. Isso introduz a condição de uma decisão e uma escolha que, embora seja um momento comum a todas as ciências, na psicanálise não tem a contrapartida, que

tem em todas elas, da configuração dos enunciados como universais.

O ordenamento acadêmico se rege por esses universais que permitem supor os enunciados que se transmitem como certezas. É partindo do mesmo suposto que a regulamentação de profissões fabrica a idéia de uma garantia de saber (como se tal coisa pudesse se constituir simplesmente por obra de uma letra jurídica). As dificuldades da conjugação da prática analítica com a prática universitária, tanto como sua resistência a ser arregimentada por qualquer aparelho estatal, residem em tal contraposição de princípios e postulados. Mas sua vocação pelas rebarbas dos enunciados teve e tem conseqüências também para formulação de sua própria teoria. De fato a formação – sendo ela sempre a do inconsciente – conduz o analista a tomar sempre o que excede o enunciado do outro, com o qual ele não faz mais do que cumprir com seu papel de analista. Aquilo que em qualquer outra prática teórica constituiria uma posição gratuitamente implicante, aproveitando uma série de banalidades para questionar o trabalho do colega, no caso da psicanálise constitui a trilha mais apropriada, a via regia da elaboração teórica. A multiplicidade de enfoques, em lugar de desmentir, contribuir para confirmar o fundamento de sua prática.

O risco do ecletismo se faz imediatamente presente diante de uma atividade científica assim delineada, facilmente o conjunto das proposições derivadas de tal forma de trabalhar nas bordas do saber humano pode tomar a aparência de uma torre de Babel. Faz-se então necessário estabelecer a condição da prova porque toda proposição deve passar. O rigor, neste caso, consiste em exigir a prova da interpretação. Isso quer dizer que qualquer formulação neste âmbito corre o risco (ou talvez devamos dizer “a sorte”) de ser, ela mesma, interpretada. Essa exigência, por sinal, não coloca as

coisas no caminho de uma coexistência das diferentes versões, já que toda interpretação – para sê-lo – coloca o sujeito face ao limite de seu saber. Evidentemente, uma posição que ninguém gosta de ocupar, e menos ainda quando se trata de formulações teóricas. Mas, na medida em que a psicanálise pretende se manter dentro do terreno da ciência (dada a condição interpretativa imposta pela sua própria descoberta) terá de sacrificar a paz para se aproximar da verdade. De outro modo a psicanálise não seria outra coisa que a prática de uma opinião.

Na direção oposta, mal faria a psicanálise se, com o pretexto da exigência de um rigor, pretendesse universalizar suas próprias proposições. Acabaria apagando com o cotovelo o que tanto a mão resistiu em – finalmente – escrever.

Renato Mezan: O problema teórico, clínico e político representado pela existência de diversas escolas de Psicanálise vem me ocupando há pelo menos vinte anos, e constitui um dos eixos principais da investigação a que me dedico no quadro da pós-graduação em Psicologia Clínica na PUC/SP. Assim, alegra-me que ele tenha sido colocado pela equipe de *Percurso*, e procurarei expor, do modo mais sucinto possível, o que dele pude compreender.

A existência destas tendências dentro da Psicanálise se deve a múltiplos fatores, que convém discriminar. O primeiro deles é a ampliação do escopo clínico da disciplina fundada por Freud, que, a partir dos anos vinte do século passado, começou a ser utilizada no tratamento de pacientes para cujas dificuldades os modelos metapsicológicos elaborados por Freud se mostravam insuficientes. Não é um dos menores méritos da herança freudiana que ela tenha se mostrado ampla e flexível o suficiente para abrigar novas teorizações, que, no

essencial, preservaram as características básicas do que ele havia criado: as noções de inconsciente, de conflito entre instâncias psíquicas e de defesas e impulsos combinando-se para formar quadros clínicos razoavelmente diferenciados; um tratamento baseado na compreensão da transferência, dos seus motivos e padrões; e o princípio ético da não-interferência na vida real do paciente. Contudo, cada uma destas noções foi sendo ampliada e

“

A partir
de diferentes
matrizes clínicas,
constituíram-se
estilos de trabalho
cuja modelização
resultou
em diferentes
metapsicologias.

”

adaptada pela necessidade de lidar com quadros mais e mais graves, com insuficiências na formação das instâncias psíquicas, com ansiedades mortíferas e devastadoras, com dificuldades imensas na constituição de objetos e de relações pessoais baseadas naquela coerência mínima da vida psíquica que Freud considerava indispensável para que a psicanálise pudesse ser operativa.

Desta forma, a partir de diferentes *matrizes clínicas*, constituí-

ram-se estilos de trabalho cuja modelização resultou em diferentes metapsicologias. Este processo forneceu uma base clínica diversa para cada escola; daí a conceber o conjunto da vida psíquica sob a ótica da matriz que predominara na formação do seu modo específico de escutar, pensar e interpretar foi um passo, facilmente dado.

O segundo motivo para a formação das escolas foi a dispersão geográfica, que se acentuou com a hecatombe nazista e, a partir dos anos quarenta, deslocou para a Inglaterra, para a França e para os Estados Unidos o centro da gravidade da Psicanálise. Em contato com as correntes locais do pensamento psiquiátrico e psicológico, bem como ao calor dos debates ideológicos e filosóficos que formavam os ambientes científicos aos quais a Psicanálise precisou se acclimatar para sobreviver, os estilos de trabalho nascidos da clínica com pacientes graves foram ganhando a consistência de verdadeiras teorias. Com o passar do tempo e com os embates políticos no interior do movimento analítico – terceiro fator a considerar para compreender a gênese das escolas, sobretudo a kleiniana e a lacanianiana – o que de início eram *tendências* e *estilos* se consolidaram em modos de analisar incomunicáveis entre si, com o cortejo de dogmas e anátemas recíprocos que conhecemos – dos quais o mais terrível era e continua sendo o “isto não é Psicanálise!” Assim se formou o contexto das ortodoxias ao qual se refere o texto proposto para nosso debate.

Por que, então, a Psicanálise não se fragmentou definitivamente? Em parte, ela correu este risco por volta de 1960, quando os lacanianos eram tidos por demônios pela IPA (e vice-versa), quando no interior da própria IPA kleinianos e psicólogos do ego se desdenhavam reciprocamente, etc. Contudo, este “destino funesto” não se concretizou: creio que isto se deveu a uma

série de fatores, dos quais o mais importante, a meu ver, foi a percepção – por parte de algumas das melhores cabeças do movimento freudiano – de que nenhum dos modelos tidos por absolutos podia dar conta da complexidade da vida psíquica, cobrir toda as suas nuances, ou explicar todos os seus transtornos. Na França e na Inglaterra, sobretudo, mentes atiladas como Winnicott, André Green, Joyce McDougall, Piera Aulagnier e outros começaram a romper as barreiras graníticas que separavam as escolas, propondo-se a circular entre elas e a constituir um pensamento próprio. A morte (Klein) ou a decrepitude (Lacan) dos líderes destas escolas também facilitou este trânsito.

O resultado de todos estes processos foi a percepção de que em cada escola havia elementos valiosos, de que se poderia discordar dos “adversários”, mas que estes não eram estúpidos nem incoerentes. Além disso, o contínuo desfilar de novas formas de organização psicopatológica pelos divãs exigia a flexibilização e o aprofundamento dos modelos herdados: assim surgiram os bionianos, os neo-kleinianos, os “freudianos franceses”, os discípulos de Kohut, etc., etc.

Não penso que exista o risco de “ecletismo” tão temido pelos ortodoxos de todas as devoções. De um psicanalista espera-se alguma seriedade com o que faz, e um estudo criterioso do que vê e escuta no seu trabalho cotidiano. É impossível não perceber que tal paciente pode ser melhor compreendido utilizando determinado modelo teórico, enquanto tal outro permanece perfeitamente enigmático se a ele se aplicar o mesmo modelo. E isto porque os diferentes tipos psicopatológicos se organizam em torno de diferentes soluções defensivas para os conflitos fundamentais descritos pelo fundador – essencialmente, de natureza narcísica e de natureza edipiana – soluções estas que constituem, precisamente, a matriz clíni-

ca a partir da qual se estruturou, na origem, cada escola.

Decerto, a formação teórica, a análise pessoal e as supervisões a que se submete cada analista o sensibilizam para um ou outro dos grandes ramos em que se divide a Psicanálise atual. Há afinidades pessoais, há questões de transferência, há estilos próprios de pensar e de compreender a experiência clínica: estes fatores, a meu ver, acabam por permitir a cada profissional inclinar-

“

Não penso
que exista o
risco de
“ecletismo” tão
temido pelos
ortodoxos de
todas as
devoções.

”

se para esta ou para aquela tradição analítica, que servirá de bússola ou de porto seguro para sua navegação pelos mares da clínica. Quer se vincule mais, ou menos, a um destes grandes troncos, ele acabará por construir um leque próprio, uma caixa de ferramentas adaptadas a sua mão – recomendação, aliás, de Freud em pessoa – para decodificar e modelizar o que ouve em seu trabalho diário. Sua visão geral do funcionamento psí-

quico e de seus transtornos poderá ser baseada no que tiver vivido e aprendido em sua formação; mas, passados os primeiros anos de angústia e de confusão, o analista irá certamente se sentindo mais confortável em sua poltrona – confortável para usar o que aprendeu de modo pessoal, para fazer de cada análise uma ocasião de compreender algo mais desta maravilhosa engrenagem que é o “aparelho psíquico”, seu e dos seus pacientes. Nesta tarefa, sua liberdade de pensar será poderosamente facilitada se ele se permitir buscar no pensamento dos que o precederam instrumentos que tornem possível a sua tarefa de reflexão e que tornem mais precisas as suas modalidades de intervenção.

Se assim fizer, nosso analista estará apenas seguindo o conselho de Goethe, o qual Freud tanto prezava: “Aquilo que herdaste dos teus pais / Trabalha para o tornar verdadeiramente teu.” ■